

O movimento de potência/impotência de ação de catadores de material reciclável: o diálogo com a assessoria

Daiani Barboza e Andréa Vieira Zanella***

Resumo: O presente trabalho é parte de uma pesquisa realizada com catadores de material reciclável de Criciúma-SC durante o processo de constituição e consolidação de sua associação, a RECESC. Tal processo, mediado pela atuação de uma equipe de assessoria interdisciplinar vinculada a uma universidade da região sul do Brasil, revelou-se complexo e multifacetado, uma vez que outros setores da sociedade, entre outros a Prefeitura Municipal e a proposta de um vereador para os catadores locais, apresentavam referenciais diferentes em relação ao projeto de autogestão da RECESC. Tais diferenciações engendraram a necessidade de uma análise contextualizada das propostas e práticas apresentadas à luz dos objetivos da associação, uma vez que as escolhas a serem feitas implicariam em significativas mudanças em seus sonhos de potencialização do empreendimento cooperativo ou na continuidade dos rumos já delineados, mas também puro dever.

Palavras-chaves: práticas psi; potência/impotência de ação; exclusão/inclusão social; políticas públicas; cooperativismo.

Abstract: The present work is part of a research accomplished with recycling material collectors from Criciúma – SC during the constitution and consolidation process of their association-RECESC. Such process was mediated by an assisting interdisciplinary staff related to a university from southBrazil. The process turned out to complex and multifaceted, once other sectors of society, such as city hall worker and an alderman with a proposal for the local collectors, presented different references concerning the RECESC self-administration project. Such differences led to the need for a contextualized analysis of the proposals and practices showed in the light of the association goals, since future choices would involve significant changes in their dreams of enhancing the co-operative enterprise or keeping on the already traced routes as well as tracing new ones.

Key words: psychological practices; potency/impotency action; social exclusion/inclusion; public policies; cooperativism.

* Professora da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. daianib@terra.com.br

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, bolsista em produtividade do CNPq. azanella@cfh.ufsc.br

Introdução

Ao nos embrenharmos pelos complexos caminhos que envolvem o compromisso social e político da Psicologia na construção de movimentos cooperativos, devemos questionar o que nos compete no âmbito profissional e como nos inserimos em um contexto que busca promover a democracia, a inclusão social e a autogestão. A Psicologia pode contribuir com práticas cooperativas como as empreendidas por catadores de material reciclável que buscam constituir uma associação? De que modo a intervenção psi neste âmbito pode fazer alguma diferença na democratização da esfera pública e na construção de ações coletivas que levem em conta a singularidade dos sujeitos, a heterogeneidade dos grupos e a dimensão ética e afetiva das vivências dos participantes dessas práticas sociais? Como contribuir com a potencialização da cidadania daqueles que enfrentam o desafio cotidiano de sobreviver dos “restos” da sociedade de consumo, pessoas que buscam cotidianamente o direito de se alimentar e alimentar as suas famílias, garantindo o mínimo para sua sobrevivência? E os seus sonhos poderão ser potencializados em ações em prol da sua saúde e cidadania ou ficarão relegados em face das diversas formas de exclusão agenciadas na sociedade contemporânea?

Essas questões balizam as discussões que serão apresentadas neste trabalho, que consiste em um recorte de uma pesquisa¹ realizada com catadores de material reciclável em Criciúma-SC durante o processo de constituição e consolidação de sua associação, intitulada Associação dos Catadores de Material Reciclável do Extremo Sul Catarinense (RECESC). Tal processo, mediado nesse momento histórico pela atuação de uma equipe de assessoria interdisciplinar vinculada à Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC², revelou-se complexo e multifacetado, uma vez que outros segmentos da sociedade apresentavam propostas diferentes das que norteavam as discussões entre catadores e assessoria, pautadas essas pelo projeto de autogestão da associação. Tais diferenciações engendraram a necessidade de uma análise contextualizada das propostas e práticas apresentadas à luz dos objetivos da RECESC, uma vez que as escolhas a serem feitas implicariam significativas mudanças nos sonhos de potencialização do seu empreendimento cooperativo.

1. A pesquisa foi desenvolvida durante o mestrado da primeira autora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com orientação da segunda autora.
2. Posteriormente a associação passou a contar com uma equipe de assessoria, composta por profissionais que atuam como voluntários da área de Psicologia e de Ciências Jurídicas e também com o apoio e acompanhamento da Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga – SATC e de um colégio confessional de Criciúma/SC, vinculado à Congregação das Irmãs da Divina Providência.

Os embates entre necessidades singulares e coletivas, presentes e futuras, emergentes e virtuais, objetivaram-se no diálogo entre catadores e assessoria, revelando a complexidade de se lidar com restrições e possibilidades tanto de uns quanto de outros. O sofrimento ético-político dos catadores e suas angústias e o lugar da assessoria nesse processo são revelados nessa trama. Essas questões são problematizadas tendo em vista as contribuições da situação apresentada para a reflexão e consolidação de práticas psi, comprometidas tanto com os sujeitos com os quais se trabalha, com suas necessidades singulares e coletivas, quanto com a reflexão sobre políticas públicas voltadas a essa população.

Breves apontamentos sobre lixo e vida, sobre impotência e potência de ação

Um dos graves problemas enfrentados pela sociedade de consumo é a produção excessiva de lixo, o que engendra preocupações tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil em relação ao que fazer com os restos dessa sociedade. Se há algumas décadas essa questão era literalmente enterrada longe das vistas de todos, a saturação dos aterros sanitários e as análises de impacto ambiental desses aterros, somadas às preocupações com as condições de vida que paulatinamente se deterioraram ao longo de séculos em decorrência de intervenções na natureza, desprovidas de preocupações com as conseqüências destas para a existência em sociedade, não é mais possível esconder o inefável. Se não há preocupação com o destino a ser dado aos detritos, a própria vida está seriamente comprometida.

Mas a sociedade de consumo não produz como lixo somente as sobras do que se come, do que se usa, das tecnologias que continuamente se tornam obsoletas. Lixo também é uma parcela da população humana, lançada à própria sorte e sem as mínimas condições para a manutenção digna da sua existência. Pessoas que compõem um continente de miséria, como a África famélica, corroída por doenças e pestes, ou os bolsões de miséria que circundam as cidades da América Latina e ocupam hoje cada vez mais espaço nos municípios brasileiros.

Uma parte da literatura tem tratado essa população como excluída, como à margem da sociedade de consumo, porque à população excluída é negado o acesso ao patrimônio historicamente conquistado pela humanidade. Essa exclusão, no entanto, é falsa, porque a própria sociedade que produz abundância a faz à custa da exploração de pessoas concretas, pois necessita dessas pessoas que serão destituídas de direitos sociais para afirmar a opulência de alguns. Elas são incluídas na mesma lógica de consumo, ainda que lhes sejam reservadas as sobras dessa mesma sociedade. Desse modo, é agenciada a inclusão destas pessoas via exclusão social.

Essa é uma inclusão perversa, pois relega a uma parcela significativa da população as facetas da desigualdade, marcadas por diversas formas de discriminação e

desqualificação social, pela exploração econômica e pelo descaso com as condições de vida desta população. Segundo Sawaia (1999a), a exclusão é um processo complexo e multifacetado, envolvendo ao mesmo tempo questões de ordem material, política, relacional, ética e subjetiva. A exclusão, portanto, é um processo dialético, “pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros” (Sawaia, 1999a, p.9). É produzida a partir da atividade humana que gera a sociedade e os seres humanos, agenciando um emaranhado de relações de poder, em que a lógica do consumo, do descartável e da “menos valia”, atribuída a uma parcela da humanidade, demarca um cenário opulento, cruel, dramático, de negação dos direitos humanos.

Uma parcela dessa população, que é incluída perversamente na sociedade de consumo, tem literalmente sobrevivido com o lixo socialmente produzido que é despejado nos aterros sanitários. Sua necessidade de existência levou-a a explicitar uma realidade cruel, mas ao mesmo tempo uma necessidade que é de todos: o que fazer com esse lixo que ocupa cada vez mais e mais espaço e degrada as condições ambientais e de vida?

As práticas de reciclagem de resíduos sólidos são uma resposta a esses dois problemas. Por um lado, possibilitam às pessoas que vivem dos restos da sociedade de consumo trabalhar em condições menos insalubres e dão visibilidade à importância da atividade que desempenham. Por outro lado, chamam a atenção da população em geral para o que é feito daquilo que se consome, para a destinação que é dada ao que se descarta. Enquanto parte da população apenas descarta o que não lhe serve mais, os catadores transformam o descartável em renda para a sua sobrevivência. Além disso, em muitos municípios, os catadores contribuem significativamente com a problemática da destinação do lixo, realizando o trabalho da coleta seletiva, coleta esta que é responsabilidade municipal para com toda a sociedade civil. Segundo Abreu (2001, p.33),

Apesar do pequeno número de prefeituras que declaram ter programas de coleta seletiva (menos de 100), os catadores de materiais recicláveis estão presentes em 3800 municípios, de acordo com a pesquisa do UNICEF de 2000. Atuando ao lado dos serviços municipais, esse exército de trabalhadores informais desvia entre 10% e 20% dos resíduos urbanos para um circuito econômico complexo, que passa por intermediários e termina nas empresas de reciclagem de plástico, vidro, papel, alumínio e ferro.

A presença nas ruas dos catadores de material reciclável aponta, portanto, para a necessidade de reaproveitamento dos recursos naturais, em contraposição ao

desperdício de matérias-primas que se intensifica cada vez mais em nossa sociedade. Ao viverem do “descartável”, do que é jogado fora, eliminado pela sociedade, sinalizam para nós que o “lixo” não é “lixo”, e sim material reciclável, que tanto lhes gera renda como contribui para a economia nacional e internacional. Eles alertam para a importância da reciclagem, da coleta seletiva, e ocupam, com seriedade, o lugar de agentes econômicos e ambientais, contribuindo significativamente para a limpeza das cidades e com o meio ambiente.

Catadores de material reciclável vêm se tornando, com seu número e presença, cada vez mais visíveis, e seu trabalho é paulatinamente reconhecido. Essa condição, no entanto, não tem sido suficiente para amenizar o sofrimento ético e político que marca sua existência, sofrimento este constituído na trama de relações sociais, e que envolve uma multiplicidade de configurações de ordem afetiva, cultural, histórica, as quais não são de responsabilidade meramente do sujeito, mas dizem respeito a uma esfera mais ampla. Esclarece Sawaia (1999b) que:

o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões socialmente dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria de apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 1999b, p.104-105).

O sofrimento ético-político diz respeito, portanto, à condição de sofrimento engendrado na trama de relações sociais em que são obliteradas as possibilidades de uma existência digna a uma parcela significativa da população. Deriva dessa condição um sentimento de impotência de ação, de impossibilidade de transcendência da situação atual que paralisa e aprisiona as pessoas em um eterno movimento de reiteração. Um ciclo permanentemente marcado pela luta cotidiana, que garante aplacar as necessidades básicas de sobrevivência, mas que permite pouco espaço para as lutas necessárias à superação dessa mesma condição.

Superar o que está posto não é tarefa fácil e tampouco pode ser empreendida isoladamente, pois independe da vontade de pessoas em particular. Políticas públicas são fundamentais para a transformação dessa realidade, assim como o

fortalecimento de todos e de cada um para que as lutas cotidianas atendam ao mesmo tempo às necessidades de hoje e permitam a projeção de novos cenários para a existência humana.

Conforme destacam Kapron e Fialho (2003), a noção de políticas públicas expandiu-se com a Revolução Industrial ao longo do século XIX, uma vez que o crescimento rápido das cidades ampliou as demandas sociais, tais como saneamento, transporte, habitação, definição da jornada de trabalho, entre outras, o que remeteu ao Estado ampliar sua intervenção sobre a esfera do coletivo. Assim,

quanto maior for o controle da sociedade sobre a criação e sobre a execução das políticas públicas e quanto maior for o seu campo de atuação e maiores os seus resultados, mais forte será o seu caráter público. A definição de critérios de acesso às políticas públicas, através da constituição de conselhos, com ampla participação dos beneficiários em espaços de organização social ou o envolvimento direto destes na execução das políticas, é forma que procura ampliar o controle das políticas para além da esfera estatal (Kapron; Fialho, 2003, p. 216).

Mas a participação efetiva de diferentes segmentos da sociedade na criação e execução de políticas públicas requer sujeitos potentes, reconhecedores de seus direitos e da condição política em que se encontram. E da impotência à potência de ação, um longo investimento faz-se necessário na direção da superação de todas as formas de relações que mutilam a vida, que obliteram devires. A partir das contribuições do filósofo Espinosa, Sawaia (1999b, p. 114) aponta que “potencializar pressupõe o desenvolvimento de valores éticos na forma de sentimentos, desejo e necessidades, para superar o sofrimento ético-político”. Desse modo, entende-se por potência de ação o movimento, empreendido pelos sujeitos, de transformação de suas relações cotidianas em prol da melhoria das condições de suas vidas e das pessoas com as quais convivem, movimento este que precisa ser impulsionado de alguma forma.

É possível pensar em práticas psi como engendradoras desse movimento de potência, posto que todos e cada um se apresentam como um todo, como pessoas histórica e socialmente constituídas e, ao mesmo tempo, como constituidoras ativas do contexto social do qual participam (Zanella, 1998).

Defende-se assim que as intervenções no campo psi sejam comprometidas não com meras ações paliativas, mas, sobretudo, com a construção da potência de ação dos sujeitos e, portanto, com a superação do seu sofrimento ético-político.

Intervenção que considere a historicidade das relações sociais, os modos de subjetivação, os atravessamentos na produção do coletivo e do singular, tanto das pessoas com as quais se trabalha, quanto dos próprios profissionais em Psicologia (Zanella, 2003). Intervenção pautada na promoção de modos de vida dignos, o que significa

[...] atuar na superação de todas as formas e situações que mutilam sua cidadania, sua auto-estima, sua capacidade argumentativa, enfim que inviabilizam sua potência de ação. [...] Cidadania precisa ser constituída considerando-se a heterogeneidade dos atores sociais, das diferentes culturas, modos de ser e de se expressar, pautando-se no respeito às diferenças e à diversidade, seja de ordem étnica, social, cultural, religiosa, etc. Cidadania nessa concepção deve possibilitar aos sujeitos sentirem-se iguais, com os mesmos direitos, sem que por isso precisem se homogeneizar nas relações sociais (Barboza, 2003b, p.231).

Assim, falar da potência e/ou impotência de ação para a cidadania requer, sem dúvida, conceber a dialeticidade e a historicidade que envolve esse processo, os diversos desdobramentos históricos, políticos, socioculturais e subjetivos que norteiam esse movimento, que pode ser ora de potência, ora de impotência. Isso é verdade tanto para as pessoas com as quais se trabalha quanto para os próprios profissionais psi que vêem, no embate cotidiano que caracteriza as necessidades de uns e outros, nos projetos em construção e suas implicações, objetivar-se a própria complexidade das lutas necessárias às transformações que se deseja realizar. Essa situação requer a reflexão constante sobre as práticas psi e o que delas resulta, pois

não se trata [...] de se perguntar o que pretende cada um fazer com a psicologia, mas antes e fundamentalmente, para onde vai, levado por seu próprio peso, o que fazer psicológico; que efeito objetivo a atividade psicológica produz em uma determinada sociedade (Martin-Baró, 1997, p.13).

Os caminhos metodológicos

O diálogo entabulado pelos catadores de material reciclável e pela assessoria consiste no material de pesquisa que será aqui apresentado e analisado. Este aconteceu em reuniões realizadas nos dias 23 de novembro e 09 de dezembro de 2001; 11 e 18 de janeiro, 23 de março, 13 de abril, 18 e 25 de maio, 22 de junho, 07 e 20 de julho de 2002, reuniões estas registradas mediante gravação, com auxílio de um microgravador e diários de campo. Embora os microgravadores apresentem

restrições ao se registrarem situações em grupo devido à simultaneidade de vozes, foi possível preservar a riqueza e a qualidade das falas dos sujeitos, o que permitiu a análise da trama dialógica³.

Para a reflexão aqui proposta serão apresentados recortes de uma dessas reuniões, realizada no dia 07/07/2002. Essa reunião foi escolhida porque apresenta falas significativas dos participantes que possibilitam compreender o movimento empreendido, tanto pelos sujeitos/catadores no processo de constituição da associação, quanto pelas características das intervenções empreendidas pela assessoria. Ela foi selecionada, também, devido à complexidade do momento histórico vivido e às significativas falas dos associados. Naquele momento, eles analisavam as perdas e os ganhos com a continuidade ou com a suspensão do processo de constituição da cooperativa tal como vinha acontecendo, o que permite visualizar o processo de constituição do grupo e, neste, o movimento de potência e/ou impotência de ação dos catadores de material reciclável, mediado pelas intervenções da assessoria.

Para a análise das informações recorreu-se à análise microgenética, a qual está voltada para os detalhes das ações, para as interações, para as minúcias que caracterizam os encontros e desencontros cotidianos, sendo assim importante ferramenta para as investigações que têm como foco o processo de constituição dos sujeitos⁴. Analisa-se nessa perspectiva o micro, o diálogo cujas falas se enredam compondo uma complexa trama, debruçando-se sobre os fatos, as interlocuções, o movimento dos sujeitos no grupo, sem desconsiderar os fatores macrosociais, políticos, econômicos e culturais, bem como a historicidade desses processos. Esclarecem Peters e Zanella (2002, p.67-68) que

com esse recurso é possível apreender a intrincada trama de sentidos que caracteriza as relações entre os sujeitos, sentidos esses que trazem as marcas tanto do contexto sócio-histórico mais amplo, quanto do contexto imediato e das singularidades ali presentes.

Contextualizando o diálogo de catadores e assessoria

A reunião escolhida para análise foi marcada por um momento de tensão para todos em razão da possibilidade de escolha entre manter o propósito de ser RECESC e o de deixarem de constituir a associação em função de outras proposições, apresentadas naquele momento por um outro programa de organização dos

3. Obtiveram-se 20 horas de gravações, que foram transcritas na íntegra. A análise desse material em sua totalidade encontra-se em Barboza (2003a).

4. Sobre análise microgenética, ver Góes (2000), Meira (1994), Peters e Zanella (2002).

catadores de material reciclável de Criciúma/SC⁵. O embate dava-se entre prosseguir com o propósito da autogestão⁶ ou aderir a um programa que lhes oferecia vantagens somente mediante a ruptura com o processo cooperativo que estava sendo gestado por eles.

O momento histórico levou os associados a olhar para si mesmos e refletir. Eles se encontravam em uma situação em que não tinham os recursos financeiros necessários à inserção de seu empreendimento no mercado, o que lhes possibilitaria atingir os objetivos propostos para coletivização dos materiais, como a prensa e o galpão, por exemplo. Esses recursos, no entanto, estavam sendo disponibilizados por um programa – o Carrinheiro Cidadão – que, de um lado, oferecia as condições materiais para que preenchessem essa lacuna, apontando-lhes a sua própria fragilidade; mas, de outro lado, exigia adesão a uma nova proposta não constituída historicamente por eles. Importante se faz esclarecer que esse programa foi iniciado por intermédio e iniciativa independente de um vereador da cidade, porém não consistiu em uma política pública municipal.

Diante dessa situação, os catadores fizeram escolhas marcadas por suas singularidades e histórias de vida, seus projetos pessoais e coletivos, seus sonhos, desejos, angústias e sua capacidade de escolha, pautada ou na cooperação ou na lógica de priorizar e definir a sua escolha pela renda e pelas vantagens imediatas oferecidas. Independentemente da decisão coletiva e dos riscos que a heterogestão poderia implicar historicamente para suas vidas, para sua categoria profissional e para sua organização social e política, a escolha precisava ser feita.

O movimento empreendido pelo programa Carrinheiro Cidadão levou o grupo a questionar-se quanto às suas intenções. Esse programa veio confrontar o movimento empreendido pela associação de conquistar o seu lugar no espaço público e privado, de ocupar o seu lugar social de entidade civil coletiva constituída para assegurar seus direitos e melhorar suas condições de vida. Como os catadores se posicionaram? Qual foi o lugar assumido pela assessoria nesse embate? E o que resultou dessa trama?

Sobre angústias, necessidades e decisões: catadores e assessoria no movimento de afirmação da vida

A decisão entre continuar a gestar a cooperativa tal como vinha sendo feito até então ou aderir a uma proposta que atendia a muitas das necessidades imediatas

5. Após a constituição da RECESC, cuja fundação aconteceu em dezembro de 2001, surgiu em Criciúma/SC o Programa Carrinheiro Cidadão, cuja sede se situava nas imediações das residências dos catadores associados. Constatou-se que parte deles foi convidada a deixar a associação para integrar-se a tal programa.

6. Sobre o conceito de autogestão, ver Albuquerque (2003).

daqueles catadores não foi fácil. Emoções, angústias, embates afloraram, revelando a complexidade da situação e a dificuldade da tomada de decisão por parte daquelas pessoas, ainda mais porque protagonizar-se não é tarefa fácil. O sentimento de impotência de ação quanto às incertezas de sua situação no mercado de trabalho e, conseqüentemente, quanto às suas condições de vida, gerou medos e angústias, o que foi assinalado e apresentado por um dos sócios, que protagonizou grande parte desta discussão:

Lucas⁷: *Eu tô dizendo se tem problema eu sair. Se tem problema eu sair agora.*

Anita (assessoria): *A escolha é do senhor, o senhor escolhe.*

Lucas: *Pra mim o que vocês resolve tá bom, entendeu?*

Anita (assessoria): *Mas o senhor que é associado, são os associados que têm que decidir.*

Lucas: *O que for resolvido aí, tá entendendo? O que for resolvido, pra mim tá bom. Porque, o que eu vou falar?*

Júlia (assessoria): *Oh, seu Lucas, antes ali fora o senhor se queixou pra mim que da outra vez não foi dada oportunidade pro senhor falar. Agora tá na hora do senhor esclarecer.*

Lucas: *Eu tenho duas opinião e ninguém aceitou. Então, eu não vou dar mais opinião, entendeu? Agora, eu não vou dá mais opinião. Então, agora, o que for resolvido, pra mim tá bom também.*

Júlia (assessoria): *Quais são as duas opiniões, seu Lucas, que o senhor deu que não foram acatadas?*

Lucas: *Ééé, uma foi até foi idéia do Marcos lá, né.*

Júlia (assessoria): *Pra quê?*

Lucas: *Porque o negócio é o seguinte! Eu achava, no começo eu achava que ia ter uma ajuda de alguém, porque sem dinheiro não se faz nada!*

Júlia (assessoria): *E pra receber ajuda de fora tem que ter a associação registrada! Porque é assim, óh, se a gente quiser, olha só seu Lucas! Numa tarde a gente monta uma associação e vem dinheiro, mas a gente não quer gente se atravessando na vida de vocês! A gente quer que o dinheiro que venha para a associação pra vocês administrarem! Pra vocês crescerem, entende?*

Lucas: *O objetivo é este! Pois é, mais o negócio é o seguinte, sabe o que que é? Não tem esse Carlos ali, ele é vereador, ele já montou uma prensa, já botou um galpão ali, ele fez uma proposta aí, ele tá fazendo proposta pra quem quiser pegar; ele dá o carrinho.*

7. Os nomes apresentados são todos fictícios.

Só que ele tá dando o carrinho.

Júlia (assessoria): *Qual é a proposta dele?*

Lucas: *A pessoa leva o papel pra li, ele não quer nada, entendeu? Ele aí vai dá uma bolsa di, como é que se diz...*

Júlia (assessoria): *Uma cesta básica!*

Lucas: *Uma cesta básica de graça, que ele falou isso aí! E o papel...*

Júlia (assessoria): *Ele pode ter dito isso, mas o assessor dele disse que o dinheiro é dos empresários que estão financiando! Nós fomos lá!*

Alexandre (associado): *Nem prensa ele não tem, seu Lucas!!*

Júlia (assessoria): *Seu Lucas, sabe o que ele vai querer? O seu voto no final do ano! Só isso! O seu voto e da sua família!*

Lucas: *Mas, aí eu dou um votinho, o que que tem? Sempre sou obrigado a dar pra qualquer um o voto, o que que tem eu dá o voto pra ele? Eu já dei um voto pra gente muito mais...*

Tainan (assessoria): *Mas, o seu Lucas, depois que ele ganhar a eleição o senhor acha que ele vai continuar fazendo essas doações?*

Lucas: *Isso aí eu não sei! Isso aí é da cabeça dele!*

Tainan (assessoria): *Daí os empresários elegeram ele, não tem mais interesse em fazer mais nada. Então, ele está comprando o seu voto! Então, cuidado!*

Vitor (assessoria): *Eu só vou fazer uma colocação pra você bem simples e fácil! É, se eu tenho um monte de peixe na mão e dou pra você, você vai pra casa hoje com aquele monte de peixe e se alimenta, fica fácil; fica bom. Mas, se eu ao invés de dar o peixe pra você, eu vou lá e ensino você a pescar? Você vai ter peixe sempre, né?*

(risadas)

Vitor (assessoria): *Então, nós da UNESCO queremos ensinar a pescar e não dar peixe! Porque se eu der peixe hoje, pra vocês, amanhã vocês não têm mais peixe! Não, não têm mais peixe! Agora, se eu ensinar a pescar, amanhã vocês pescam e têm peixe, todo dia têm peixe! Então, isso, é isso que nós queremos!*

Lucas: *Eu entendo, eu entendo tudo!*

Vitor (assessoria): *O Carlos tá dando o peixe e daí é complicado! Eu não...*

Lucas: *Ah, mais pra quem tá morrendo afogado, qualquer um que vai salvá tá bom!*

Vitor (assessoria): *Concordo!*

Lucas: *Por exemplo, eu tô morrendo afogado! Tá entendendo? Agora eu o que vier, o que cair na rede pra mim é peixe! O que vier primeiro! Ninguém sabe a situação que eu tô lá em casa!*

Ninguém sabe, só eu que sei a situação que eu tô vivendo lá em casa, mais ninguém! Tá entendendo? Então, pra mim o que cai na rede é peixe! Porque eu vivo é o hoje, o amanhã fica pra Deus!

A discussão segue calorosa.

Este episódio revela as ambivalências vividas pelos catadores diante do embate entre a realidade e as perspectivas futuras, entre a condição de exploração em que se encontram submetidos e as (im)possibilidades concretas de revertê-la. O catador Lucas, nesse momento protagonista daquele coletivo, problematiza tanto sua participação no grupo quanto as condições da RECESC. Sobre o primeiro aspecto, Lucas demonstra uma postura de quem deseja transferir sua responsabilidade de luta pelas mudanças e pela organização da associação para a assessoria e demais associados, alegando: *o que for resolvido, pra mim tá bom*. Assim, ele se exime da responsabilidade de ter que resolver, escolher, participar das decisões e assumir as estratégias adotadas na ação coletiva como de sua co-responsabilidade. Tal questão entra em embate com a posição assumida pela assessoria, que ressalta que são os associados que têm que tomar as decisões, pois estas competem a eles: *Mas o senhor que é associado, são os associados que têm que decidir*. Nesse diálogo, Lucas fala que já deu idéias no grupo, as quais não haviam sido aceitas e que por isso não iria mais falar. Com a intervenção da assessoria, que quer ouvi-lo em suas proposições, entretanto, Lucas muda sua atitude na trama discursiva e passa a ocupar seu lugar de associado, socializando suas idéias, suas angústias e seu projeto de vida.

Quanto à RECESC, ele reclama que pensava que ia ter um dinheiro, que recursos seriam disponibilizados para a sua organização de trabalho, conforme sua fala: *Porque o negócio é o seguinte! Eu achava, no começo eu achava que ia ter uma ajuda de alguém, porque sem dinheiro não se faz nada!* Afinal, como implementar esse empreendimento sem suporte material e financeiro? Ele fala do concreto, das condições necessárias para a consolidação do empreendimento cooperativo que estavam gestando. Ele fala do presente, da fragilidade da organização e do desejo de melhorar sua condição de vida. A assessora, em sua mediação, fala sobre o romper com os atravessadores, sobre um lugar para eles administrarem, e não para terceiros controlarem, sinalizando a importância da autonomia, da autogestão e da potência de ação dos catadores na construção da sua cidadania. A ênfase da assessora é dada à autonomia e à organização social e política da categoria que, historicamente, pode ser construída. Entretanto, o catador remete ao seu presente, enfoca suas necessidades imediatas e fala de suas angústias diante do contexto de opressão que vive em seu cotidiano.

No tocante ao sentido que Lucas dá ao voto, ele diz que não teria problema em votar: *Mas, aí eu dou um votinho, o que que tem? Sempre sou obrigado a dar pra*

qualquer um o voto... Argumenta que, afinal, já dera seu voto para tantas pessoas, muitas das quais nem sequer conhecia. Lucas não significa votar como um ato que implica grande responsabilidade. Não percebe que o lugar ocupado pela política interfere significativamente no cotidiano e nas condições de vida da população. Ele vê o voto como um ato não significativo, que não implicaria mudanças em seu cotidiano. Vislumbra o voto como alheio à sua condição de catador, portanto, desconsiderando que as políticas possam tanto beneficiar quanto prejudicar a sua categoria. Para ele, votar restringe-se ao ato de votar e não se remete a uma atitude política e cidadã.

Cabe mencionar que os catadores, embora já tivessem fundado a RECESC, ainda não dispunham de recursos financeiros para sua implantação e, nesse momento histórico, estavam se organizando para pedir esse apoio ao poder público, via reunião que pretendiam realizar com o Prefeito Municipal de Criciúma⁸. Em sua fala, Lucas demonstra sentir-se impotente diante do sistema capitalista, enfocando a preocupação com a divisão de classes e com seu lugar nessa sociedade, visto por ele como de menos valia, devido às relações de poder permeadas pela lógica de que quem detém o poder econômico é mais “forte” na sociedade, aquele que pisa no mais fraco. Salienta, ainda, que tem mais uma força para cima deles e se pergunta como é que eles, os “pobres”, vão conseguir o seu lugar de empreendedores nesse contexto. Demarca, assim, ao grupo, o sentir-se impotente diante da situação de exclusão e de precarização de suas relações de trabalho. Significa-se como pobre e dependente dos ricos. O Catador vê-se, portanto, numa condição desprivilegiada, como subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade e avalia a necessidade de apoio externo para alterar sua condição de exclusão. Assim como nas trabalhadoras analisadas por Sawaia,

na sua fala, fica claro que a emoção vivida não diz respeito ao eu individual, mas ao sofrimento do excluído, portanto, aos fundamentos da coesão social e da legitimidade social. Ela revela o sofrimento pela consciência de como a lógica excludente (a qualidade das formas de produção e distribuição da riqueza e dos direitos humanos) opera no plano do sujeito e é amparada pela subjetividade assim constituída (Sawaia, 1999b, p.105-106).

8. A reunião da associação dos Catadores com o Prefeito Municipal de Criciúma aconteceu em agosto de 2002, entretanto eles continuaram sem a sede. O poder público manteve a proposição apresentada pelo Programa Trabalho e Renda, que implicaria a presença de um atravessador/empresário local para agenciamento da sede (pagamento do aluguel), o qual compraria os materiais dos catadores – como único comprador – que mediante contrato deveria obedecer aos valores do mercado.

É importante ressaltar que a noção de ser explorado pelo sistema é muito clara para a maioria dos catadores, que reconhecem ser seu trabalho extremamente mal-remunerado, sendo essa exploração vivida e sentida como acirrada, principalmente nas relações estabelecidas por eles com os atravessadores. O associado Lucas fala ao grupo sobre o seu presente, mas ele sabe os objetivos da organização da qual é associado, como sinaliza no diálogo: *Eu entendo, eu entendo tudo!* Ele sabe que é para melhorar suas condições de vida no futuro, entretanto, ele nos alerta para o presente, para o dia-a-dia concreto, chama a atenção para o hoje. Ele necessita de algo urgente, ele vive o hoje, pois o amanhã, segundo ele, pertence a Deus! O hoje que se presentifica neste momento histórico e espaço-temporal é marcado pela falta, pela escassez, pela exclusão; é concreto e é vivido no momento presente por ele e por cada um dos catadores. Assim, ele fala de seu sofrimento ético-político marcado pela exploração econômica, pela desigualdade social, pela discriminação e por diversas formas de exclusão vividas e sentidas em seu cotidiano. Ele fala ao grupo que está “morrendo afogado”, portanto, ele narra seu sentimento de impotência de ação no que se refere à construção da sua cidadania. Quando alguém está morrendo, *qualquer um que vai salva tá bom*. Ele fala do desejo de ser ajudado, de ser “salvo”, tirado da condição de exclusão, da sua condição de sofrimento ético-político, na qual vislumbra como única saída o apoio de outros setores e atores sociais. Enfatiza que ninguém sabe o que ele está passando na casa dele, apenas ele. Assim, ele nos fala que quem sofre é ele, e é ele que conhece, vivencia e significa esse sofrimento em seu dia-a-dia. Esse sofrimento não pode ser visto e atribuído como dele em si, pois foi delineado intra e intersubjetivamente nas relações sociais, sendo de ordem ética, política e relacional.

Lucas fala da condição de exclusão da categoria, remetendo às condições objetivas que os levam a esta situação: a escassez de recursos que não lhes possibilita concorrer no mercado.

Nota-se que, no diálogo travado, denso e (in)tenso, a assessoria instiga os catadores a pensar sobre o seu papel na construção de uma história, na qual a sua participação de forma crítica e organizada possa efetivamente implicar benefícios para a categoria. Assim, imputa-lhes a responsabilidade de ocupar o lugar de sujeitos organizados para que mudem e façam a história pautada em seu desejo de transformar sua situação de inclusão perversa. Dessa forma, também cabe a eles incluírem-se e não meramente se deixarem incluir. A assessoria fala dos avanços e das possibilidades que a organização social e política dos catadores poderia conseguir. A assessoria fala, ainda, sobre o reconhecimento profissional e social da profissão. Fala de direitos sociais e políticos como aqueles que precisam ser conquistados num processo histórico e dialético.

Importa esclarecer que o Movimento Nacional de Catadores, do qual a assessoria da UNESCO que atua junto aos catadores de Material Reciclável de Criciúma é

signatária, considera a necessidade de constituir, em longo prazo, soluções para esta problemática. Propõe a formação de Federações de cooperativas e/ou associações de catadores para atingir maior quantidade de material reciclável, o que facilitaria negociar direto com as grandes indústrias. Outra possibilidade seria a de transformar, através da obtenção de recursos via organização do trabalho, o material recolhido em matéria-prima, agregando-lhe mais valor e assegurando aos catadores melhor situação no mercado. Disso poderiam culminar os mais diversos produtos, como cordas, camisetas, entre outros, a serem comercializados a seguir.

De um lado, o Movimento Nacional dos Catadores desponta no cenário nacional e internacional e traz as possibilidades que esse projeto coletivo almeja constituir. Por outro lado, a vivência concreta dos catadores gera um sofrimento ético-político que demarca seu sentimento de impotência de ação na construção da sua cidadania. Lucas, nesse momento, não vislumbra o movimento da categoria, que é explicitado pela assessoria. Entretanto, as posições enunciativas assumidas pelos demais catadores na reunião, em geral, marcaram a potência de ação na construção da sua cidadania mediante a tomada de decisão em prol da continuidade do projeto coletivo.

O catador Lucas falou das mazelas que enfrenta em seu cotidiano. Afinal, ele sofre, sente e precisa criar alternativas para superar a opressão com os recursos de que dispõe a cada dia, a cada momento, para não ser massificado e poder garantir a sua condição de sujeito com toda a sua expressão e singularidade, marcada pelas dimensões sociais, políticas, econômicas, relacionais e afetivas que permeiam o seu jeito de ser e fazer história. É importante considerar que ele não se atém apenas à posição de quem se queixa, ou de quem é totalmente impotente, sem ser capaz de criar soluções para sua problemática. Ao contrário, ele é propositivo, denotando capacidade argumentativa aguçada tanto para falar de si, de sua família, como de seu contexto de trabalhador no mercado de trabalho informal, capaz de pensar estratégias de ação voltadas para a ação coletiva:

Oh Vitor, eu sei de uma coisa que dá pra arrumar esse dinheiro fácil pra pagar essa prensa, sem ajuda da Prefeitura, sem ajuda do governo! Mais, eu dei a idéia e ninguém aceitou. [...] Porque ah, nós demo a idéia a seguinte: claro vai tê um apoio da Prefeitura, lógico! Fazê umas listas, uma 3, quatro lista e saí e pedi pros, pra essas pessoas como é que se diz: firma, comerciante; essa ajuda pra monta essa prensa! Eu tenho certeza que eles vão ajudá! Tá entendendo? Porque se o Prefeito assina, ou alguém da Prefeitura assina embaixo, e alguém da UNESC assina, eles vão ajudá! Mas, claro que se eu saí com uma coisa por minha conta, ninguém vai dar nada pra mim!

O catador fala sobre o sonho de ter um lugar deles, para eles gerenciarem, um lugar da RECESC: *...nóis vamo bota por nossa conta, entendeu?* Para isso ele solicita ajuda, pois entende que eles precisarão de apoio do governo, da universidade, o que sozinhos não conseguiriam. Ele se preocupa com o fator tempo: *É como eu falei pra ele, pra ele não, pra nós eu falei; é o seguinte: nós precisamos de uma coisa urgente! Ou não? [...] Nós precisamos de uma coisa urgente, não é dez ano, vinte ano! Que isso? Eu não posso, eu já disse que não posso.* Ele tem pressa em mudar de condição de vida. Ele gostaria de ter o empreendimento articulado logo e revelasse desmotivado a esperar muito tempo.

O movimento de propor desse sujeito é indicativo de sua potência de ação, apesar de colocar que há muita concorrência, que, além do Programa Carrineiro Cidadão, ainda há uma empresa privada que também faz a coleta do material reciclável [...] *Aí tem essa Lemos Vida Nova que a Prefeitura botô a catá lixo.* Apesar de se significar como sendo *fraco* e afirmar que em Criciúma há muitos catadores, ou seja, muita concorrência, ele considera que a articulação com outros atores como a prefeitura, a universidade, aqueles a quem atribui a qualidade de *fortes*, seria uma forma de potencializar a sua esperança em ação. Avalia que, mediante um apoio para conseguir o dinheiro para a associação e poder inseri-la no mercado, teriam a possibilidade de estabelecer-se e deixar de estar à margem da cadeia produtiva. Ele vislumbra que, com a ajuda desses setores, eles poderiam conseguir os recursos necessários para a consolidação do espaço físico da associação. Ao mesmo tempo ele se sente inferior, desqualificado socialmente. Diz que da universidade e do prefeito bastaria uma assinatura para as pessoas colaborarem financeiramente, mas *claro se eu saí com uma coisa por minha conta, ninguém vai dar nada!* (catador).

No desenrolar da reunião, os catadores associados empreenderam o movimento de continuar as suas articulações políticas e proposições, “descartando” o movimento do Programa *Carrineiro Cidadão* de enfraquecimento ou dissolução da RECESC. Continuaram organizando a associação, buscando apoio do poder público e também sendo propositivos na construção de estratégias de ação e definições políticas. Discutiram que poderiam buscar ajuda financeira em outros setores da sociedade, mas, afinal, não seria papel do poder público ajudá-los? Prosseguiram com a discussão anterior, que já vinha sendo delineada há meses pela RECESC, antes da apresentação do Programa Trabalho e Renda pela Prefeitura Municipal de Criciúma. A proposta do poder público distanciava-se do desejo da associação de ter maior autonomia, de ter condições para poder escolher e negociar no mercado a qualquer momento, podendo avaliar e definir a comercialização dos produtos, considerando as ofertas de mercado e sem depender de contrato exclusivo com um empresário/atravessador. Os catadores prosseguiram com a discussão que já vinha acontecendo em encontros anteriores: sobre se gostariam de se organizar

para ainda tentar ter o “Sangão⁹” de volta ou se reivindicariam um terreno próximo às suas residências que pudessem administrar e onde, efetivamente, coletivizariam os materiais coletados por eles.

Pode-se dizer que, ao longo da reunião, o movimento apresentado pela assessoria insere-se no campo da reflexão e pauta-se numa flexibilidade das posições enunciativas dos assessores, decorrentes do movimento do grupo e da situação concreta. Com essa postura a assessoria sinaliza aos catadores a relevância do momento histórico que estão vivendo, que pode tanto reafirmar sua condição de associados como desestruturar a RECESC. Demarca ao grupo sua potência de ação, situando-os quanto às suas condições de constituírem alternativas que não seja tutelar-se a outrem, perdendo o projeto coletivo que vinham historicamente delineando como perspectiva de vida no campo profissional.

Impotência/potência de ação e práticas psi:
algumas considerações finais

Ao longo da trama dialógica desencadeada nesse contexto foi possível perceber o movimento de impotência/potência de ação dos catadores de material reciclável, protagonizada por Lucas. Desse modo, cumpre dizer que a impotência envolve as condições objetivas de vida desses trabalhadores, permeada pela presença dos atravessadores que fragilizam a organização mediante a concorrência e a exploração econômica, bem como é marcada pela necessidade de uma sede e de recursos para comercializarem o material coletivamente, entre outros aspectos. Desse modo, essa impotência é constituída nesse contexto e revelada pelos sentidos que dão às suas vivências e pelo movimento que empreendem diante das evidências desse cotidiano que é caracterizado pela opressão, mas que pode ser dialeticamente reconstituído a partir de uma outra lógica, a da produção coletiva. No tocante à potência de ação, ela é mediada nesse contexto pela assessoria, que ressalta a necessidade e as possibilidades concretas de transformar esse cotidiano, de empreender mudanças agenciadas historicamente pela categoria em prol da sua saúde e qualidade de vida, mudanças essas que possam expressar os sonhos e, principalmente, objetivar as propostas apresentadas pelos sujeitos catadores no contexto grupal.

Tarefa complexa, por certo, a de transformar sonhos em realidade e, mais ainda, em políticas públicas voltadas às necessidades do coletivo. Afinal, a criação e o

9. Bairro onde se situa a sede da antiga cooperativa dos catadores de material reciclável, cujas práticas não se pautavam na autogestão. Cumpre dizer que, após a destituição da cooperativa devido a irregularidades, o local passou a funcionar como Centro de Triagem de Resíduos Sólidos, administrado por funcionários da Prefeitura e não retornou com a fundação da RECESC para o agenciamento do local por parte de uma organização de catadores.

êxito dessas políticas requerem, para além da vontade de governantes, a participação ativa da população, de modo a que sejam efetivamente executadas. No que diz respeito ao caráter público das políticas adotadas quanto à gestão de resíduos sólidos em Criciúma-SC, contexto em que se realizou a pesquisa aqui relatada, cumpre dizer que há pouca participação ativa de diversos setores da sociedade, bem como da população em geral, na discussão e deliberação de políticas públicas. Decisões de interesse coletivo ficam, em consequência, sob a égide do poder público municipal, mais especificamente da vontade política de seus governantes. Embora haja ONGs¹⁰ e entidades na região preocupadas com essa questão, a construção de políticas públicas efetivas, especialmente as que potencializem a organização dos catadores de material reciclável, são frágeis e não consistentes. Esse quadro também reflete o cenário nacional, onde, embora existam iniciativas nesse campo, há a necessidade e a emergência de ações que ampliem o compromisso social de toda a sociedade com essas questões. As ações e iniciativas empreendidas até então, imprescindíveis, ainda são insuficientes para reverter o quadro atual, sendo fundamental refletir sobre a contribuição das práticas psi nesse processo.

Nesse sentido, a construção de práticas psi comprometidas com a emancipação humana remete à necessidade de compreender a complexidade histórica em que os sujeitos se constituem, bem como os sentidos que produzem acerca de suas vivências. Ao abordar a dialética da exclusão/inclusão, precisamos remontar a trama de relações sociais que agenciam a impotência/potência de ação no que diz respeito à construção da cidadania. Compete à assessoria contribuir com reflexões críticas e contextualizadas acerca dos diversos fatores que norteiam os rumos e o cotidiano da associação; entretanto, de modo algum cabe aos assessores decidir pelos associados, pois isso consistiria no agenciamento da não-potência de ação, por não contribuir para a construção da autonomia. Para engendrar a potência de ação, torna-se imprescindível conhecer os sentidos que os sujeitos dão às mazelas do seu cotidiano, como as vivenciam e como pontenciam o devir, quais os seus sonhos, esperanças ou desesperanças, como significam o conjunto das relações sociais das quais necessariamente participam.

O diálogo aqui apresentado também aponta para a necessidade de políticas públicas comprometidas com a inclusão, não a inclusão banalizada em palanques e discursos meramente moralistas, paternalistas, reducionistas e/ou vazios de compromisso social, mas aquela que potencializa o sujeito para transformar suas relações cotidianas. Para tal, é necessário que as ações coletivas levem em conta a singularidade dos sujeitos, a heterogeneidade dos grupos e, sobretudo, a ética do cotidiano, envolvendo as esferas pública e privada. É preciso, por outro lado, olhar com seriedade para as práticas psi que possam vir a ser promotoras de cidadania. É

10. Organizações Não-Governamentais.

preciso romper com os determinismos, os corporativismos. É preciso olhar para tais práticas e impregná-las de compromisso social em prol da vida, pois afinal é esse olhar implicado, envolvido, que fará significativa diferença no devir.

Estar implicado na construção dessa psicologia requer um olhar inquietante, sensibilidade para questionar, mobilizar, ouvir, dialogar, e, sobretudo, coragem e discernimento para demarcar as injustiças, mas não ocupar o espaço de decisão e de ação de outros. É preciso contribuir para a potencialização da cidadania, colaborar para desconstruir os preconceitos que rotulam a pobreza sob a égide da crença do comodismo, trazendo para a esfera da reflexão e da práxis a compreensão do movimento dialético da potência/impotência de ação, que se constituem no campo da intersubjetividade.

Referências bibliográficas

ABREU, Fátima. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Caixa, 2001.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão: In: CATTANI, Antonio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.20-26

BARBOZA, Daiani. O movimento de potência e/ou impotência de ação dos catadores de material reciclável de Criciúma/SC no que se refere à construção da sua cidadania. 2003a. Dissertação (Mestrado) UFSC, Florianópolis, SC.

BARBOZA, Daiani. A constituição do sujeito excluído catador de material reciclável e a construção da sua cidadania. In: PLONER, Katia S. (org.) *Ética e paradigmas na psicologia social*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2003b, p. 225-236.

GÓES, M.C.R. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. *Cadernos Cedes*, n.50. Campinas: Papyrus, 2000.

KAPRON, Sérgio; FIALHO, Ana Lúcia. Políticas públicas para a economia solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 215-219.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, ano 2, n.1, 1997, p.18-24.

MEIRA, L. Análise microgenética e videografia: ferramentas de pesquisa em psicologia cognitiva. *Temas em Psicologia-SBP*. Ribeirão Preto-SP: Gráfica e Editora do FCA, n.3, 1994.

PETERS, L. L.; ZANELLA, A. V. Videografia e análise microgenética como ferramentas para a pesquisa em Educação Física escolar. In: VAZ, Alexandre Fernandez; SAYÃO, Deborah Thomé; PINTO, Fábio Machado (org.). *Educação do corpo e formação de professores: reflexões sobre a prática de ensino de Educação Física*. Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 2002, p.65-84.

SAWAIA, Bader Burihan. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, Bader Burihan et al. *Artimanhas da exclusão: uma análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999a. p. 7-13.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan et al. *Artimanhas da exclusão: uma análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999b. p.97-118.

ZANELLA, A.V. Psicologia social e escola. In: STREY, Marlene Neves et al. (org.). *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 221-229.

ZANELLA, A.V. Reflexões sobre a atuação do(a) psicólogo(a) em contextos de escolarização formal. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 1, n. 3, p. 68-75, 2003.

Recebido em 25 de janeiro de 2006 e aprovado em 09 de março de 2007.